



PARECER JURÍDICO

EMENTA: Adesão à Ata de Registro de Preços. Procedimento nº A/2019-001 SEHAB.

Objeto: Adesão parcial à Ata de Registro de Preços nº 20180472, decorrente do Processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 9/2018-001 SEMAS, cujo objeto é confecção de materiais gráficos, destinados a atender divulgação e realização de ações da Secretaria Municipal de Habitação de Parauapebas, Estado do Pará.

Assunto: Parecer Conclusivo

Interessados: A própria Administração.

Trata-se de processo de Adesão parcial à Ata de Registro de Preços nº 20180472, decorrente do Processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 9/2018-001 SEMAS, cujo objeto é confecção de materiais gráficos, destinados a atender a divulgação e realização de ações da Secretaria Municipal de Habitação de Parauapebas, Estado do Pará, conforme especificações contidas no referido procedimento.

Vieram os presentes autos para a devida análise quanto à referida adesão à Ata de Registro de Preços.

DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, cumpre observar que o exame dos presentes autos restringe-se aos aspectos jurídicos, excluídos aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação ao interesse público, tendo observado todos os requisitos legalmente impostos.

Da análise do Termo de Referência anexo ao memorando de solicitação inicial nº 296/2019 SEHAB (fls. 01), verifica-se que a Secretaria Municipal de Habitação apresentou sua justificativa para aderir à Ata de Registro de Preços.

Quanto à justificativa, esclarecemos que não compete ao órgão jurídico adentrar o mérito - oportunidade e conveniência - das opções do Administrador, exceto em caso de afronta aos preceitos legais.

O papel do órgão jurídico é recomendar que a justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para eventuais questionamentos.

Ademais, tendo em vista o presente processo tratar-se de uma adesão, esta Procuradoria entende ser necessária a estrita limitação do quantitativo suficiente até que seja realizado um procedimento licitatório.

Além disso, como a Administração Pública, através da SEI LAB, estará firmando contrato por adesão, deverá observar as condições praticadas na licitação originária e previstas na referida ata, bem como obedecer às regras de pagamento que o Órgão Gerenciador inseriu no edital.

Quanto às especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação e formação da demanda, presume-se que suas

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



características, requisitos e avaliação do preço, tenham sido regularmente determinados pelo setor competente da SEHAB com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Nota-se que a pesquisa de mercado foi feita através de cotações de preços com três fornecedores do ramo, sendo responsável pelas referidas pesquisas o servidor Luís Olavo da Silva Ferreira, Mat: 5883 (fls. 08-16).

Quanto à necessidade de ampla pesquisa de mercado, a jurisprudência do TCU sinaliza no sentido de que a realização de pesquisa de preços de mercado é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade. Nesse sentido estão os Acórdãos 4549/2014 - Segunda Câmara, 1422/2014 - Segunda Câmara e 522/2014 - Plenário.

O orçamento de uma obra é a peça de fechamento do seu projeto, traduzindo-o em termos econômicos e financeiros. Trata-se de etapa preparatória indispensável em qualquer contratação pública. A Administração Pública deve zelar para que os recursos aplicados nas obras públicas sejam empregados de forma correta, eficiente e com transparência. Além disso, a gestão deve buscar a redução dos custos e a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos. Todas essas questões podem ser levadas em conta na hora da preparação do orçamento de obras públicas: busca de preço justo, projetos completos e atualizados, além da responsabilidade técnica dos autores responsáveis, tanto pelo projeto quanto pelo orçamento.

Registre-se que a realização de cotações de preços, constatação da vantajosidade dos preços registrados na ata "carona" e, posterior, análise dos preços é matéria técnica, de competência da área solicitante, qual seja a Secretaria Municipal de Habitação, tendo esta total responsabilidade quanto à veracidade e lisura da pesquisa de preços, cabendo a esta Procuradoria, quando da análise jurídica, informar os parâmetros legais e regulamentares que devem ser observados na respectiva pesquisa de mercado e formação do preço médio, conforme acima realizado.

Cumpra observar, ainda, que a Autoridade Competente (Secretário Municipal de Habitação) é responsável por todos os documentos desenvolvidos no âmbito da secretaria e que posteriormente foram juntados aos autos.

Frise-se que, após a formalização do procedimento, a avaliação dos preços apresentados e sua compatibilidade com os valores de mercado; se o quantitativo do objeto a ser contratado é compatível com a demanda da Secretaria Municipal de Habitação; a verificação do requisito de vantajosidade da adesão, o balanço patrimonial, bem como a indicação orçamentária, coube à Controladoria Geral do Município, de acordo com as atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 4.293/2005. Após análise e avaliação, o referido Órgão de Controle Interno deste Município opinou pela continuidade do procedimento, o que denota regularidade às pesquisas e valores levantados para o objeto em questão, confirmando, ainda, que a avaliação dos preços apresentados são compatíveis com a realidade mercadológica, tendo se manifestado por meio do parecer de fls. 253-260.

Pois bem. Excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que consubstanciaram todo o procedimento, passemos, estritamente, a análise dos elementos/requisitos jurídicos do presente processo.

E assim, inicialmente, destacamos que constam dos autos:

1. SOLICITAÇÃO EXPRESSA da SEHAB através do Memo. nº 296/2019, acompanhada do **TERMO DE REFERÊNCIA** com a definição do objeto e justificativas (fls. 01-07);



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**



2. SOLICITAÇÃO DE PESQUISAS DE PREÇOS E AS PESQUISAS DE PREÇOS COM TRÊS FORNECEDORES DO RAMO (fls. 08-16).

3. SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR por meio do Memo. nº103/2019, seguida da **AUTORIZAÇÃO** do Órgão Gerenciador (SEMAS) para adesão à Ata de Registro de Preços nº 20180472 (fls. 17-18 e 27);

4. PLANILHAS DE QUANTITATIVOS VALORES (FLS. 19-20);

5. CRONOGRAMA DE INAUGURAÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO FMHIS-2019 (fls. 21-24);

6. PLANILHA DE MÉDIA DE PREÇOS (fls. 25);

7. INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (fls. 26), conforme indicação da Secretaria Municipal de Fazenda (art. 7º, § 2º, II, da lei nº 8.666/93).

8. SOLICITAÇÃO DE ANUÊNCIA DA EMPRESA por meio do ofício de nº 104/2019 (fls. 28-29), seguida do **ACEITE DA EMPRESA** concordando em fornecer o objeto pretendido, nas mesmas condições ofertadas no Processo Licitatório originário, bem como a **PROPOSTA DE PREÇOS** (fls. 30-32);

9. CÓPIAS CONFERIDAS COM OS ORIGINAIS DOS DOCUMENTOS DO PROCESSO ORIGINÁRIO: Minuta de Edital e anexos (fls. 33-94); Análise Técnica Controle Interno (fls. 95-99); Parecer Jurídico de análise de minuta de Edital (fls. 100-106); Edital do Pregão Presencial nº 9/2018-001 SEMAS e anexos (fls. 107-168); Publicação do aviso de licitação (fls. 169-173); Termo de Julgamento da Licitação e Termo de Adjudicação do pregão presencial nº 9/2018-001 SEMAS (fls. 173-175); Parecer Conclusivo Controle Interno (fls. 176-186); Resultado do Julgamento da licitação e termo de homologação (fls. 187-191); Ata de Registro de Preços nº 20180472 e encarte da Ata (fls. 192-203); Extrato da Ata de Registro de Preços nº 20180472 (fls. 204-208);

10. DOCUMENTOS RELATIVOS À EMPRESA (fls. 209-238);

11. DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Habitação (fls. 239);

12. DESPACHO da AUTORIDADE COMPETENTE AUTORIZANDO a abertura do procedimento nº A/2019-001 SEHAB para adesão à Ata de Registro de Preços nº 20180472 oriunda do Processo Licitatório Pregão Presencial nº 9/2018-001SEMSAS deste Município de Parauapebas (fls. 240);

13. DECRETO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS e AUTUAÇÃO DO PROCESSO (fls. 241-242);

14. MINUTA DO CONTRATO, elaborada com base nos elementos fornecidos na solicitação inicial (art. 38, incisos I e X, Lei nº 8.666/93 c/c art. 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/02) (fls. 243-251);

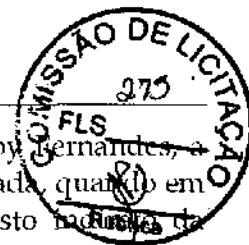
15. PARECER CONTROLE INTERNO (fls. 253-261);

16. MEMORANDO Nº 471/2019, no qual foram apresentadas as respostas às recomendações do Parecer Controle Interno (fls. 262-270).

Pois bem. Compulsando os autos, necessário se faz tecer as seguintes considerações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Destaca-se que, conforme os ensinamentos de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, a vantagem da adesão se confirma por pesquisa e pode até mesmo ser considerada, quando em igualdade de condições entre o preço registrado e o de mercado, pelo custo da licitação.

Observa-se que foram anexadas 03 (três) cotações de preços dos itens a serem contratados a fim de comprovar que o preço registrado na ata é compatível com o valor de mercado, ponto devidamente analisado pela Controladoria Geral do Município (fls. 253-260).

Conforme se depreende dos autos, a Secretaria justificou a necessidade da Adesão alegando que: *"Justifica-se e motiva-se a realização desta contratação para atender as necessidades das ações e projetos desenvolvidos pelo Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, em consonância com Política Nacional da Habitação (PNH) que obedece a princípios e diretrizes que têm como principal meta "garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre a política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano". Assim como para atender possíveis demandas de projetos desenvolvidos por este Fundo, a fim de assegurar condições de permanência nas atividades institucionais, promovendo assim condições básicas necessárias para o bom desempenho das atividades a que se propõe, tais como: confecção dos materiais para divulgação dos trabalhos e serviços sociais, formulários, fichas para preenchimento de cadastro, entre outros; ofertados em todas as suas unidades, visando transparência e maior participação de seu público alvo.*

Portanto, a contratação dos serviços supracitados faz-se necessário em virtude deste Fundo atualmente estar sem cobertura contratual. Além disso, de acordo com PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) há de se considerar também que este serviço se caracteriza como serviços comuns imprescindíveis e essenciais, para que os objetivos deste Fundo logrem êxito, e de acordo com a permissividade legal no inciso V do art. 2, e §1º do art. 22 do Decreto 7.892/13 e suas respectivas alterações pelo Decreto nº 9.488/18. Assim sendo, em conformidade com o supra dispositivo legal, temos a especificação da possibilidade de adesão aos itens da referida Ata supracitada. Pode-se inferir também que a contratação do referido instrumento, a de se levar em conta as vantagens para a Administração. Neste caso, é inquestionável a vantagem para a Administração, posto que a contratação atenderá de maneira satisfatória as necessidades emergenciais deste Fundo, conforme cronograma de eventos anexo".

Como justificativa da vantajosidade econômica, a SEHAB afirma que: *"Além disso, há que se dizer ainda, que os valores dos itens não sofrerão nenhuma correção percentual, uma vez que a etapa licitatória já foi cumprida, com valores em execução. Sendo que os valores praticados pela empresa fornecedora dos itens, objeto deste termo, ainda se configura como a proposta mais vantajosa para a Administração de acordo com evidenciados mediante realização de pesquisas de preços conforme legislação vigente".*

Observa-se que a justificativa contemplou a necessidade da SEHAB em contratar os serviços, restando demonstrada a vantagem da adesão sobre o sistema convencional, em vista da vantajosidade econômica.

Entretanto, para melhor instruir este procedimento, necessário tecer as seguintes recomendações:

I. Quanto ao processo originário, recomenda-se que seja juntado o Decreto de nomeação do pregoeiro e da equipe de preço.

II. Recomenda-se, ainda, que seja confirmada a autenticidade de todas as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e judicial juntadas aos autos; que seja atualizada a Certidão Negativa de Débitos Municipais de fls. 224; que sejam atualizadas todas as certidões que, porventura, tiverem o prazo de validade expirado quando da emissão do contrato e que o documento de fls. 242 seja devidamente assinado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



III. Quanto ao aceite da empresa a detentora da Ata de Registro de Preços juntado às fls. 270, recomenda-se que seja retificado o valor total da adesão, uma vez que este divergente do valor solicitado pela SEHAB no memorando nº 211/2019.


IV. Quanto Cronograma de inauguração e atividades desenvolvidas pelo FMHIS juntado às fls. 21-24 dos autos, recomenda-se que seja revisado, eis que algumas atividades lá dispostas já foram realizadas nos meses anteriores a finalização deste procedimento de Adesão, devendo, portanto, os quantitativos solicitados serem reavaliados pela área técnica da Secretaria Solicitante.

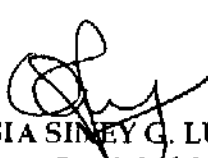
DA CONCLUSÃO

Ex positis, diante da análise procedida por esta Procuradoria Geral, invocando os princípios básicos norteadores dos atos administrativos, quais sejam: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo, não vislumbramos óbice legal à Adesão parcial à Ata de Registro de Preços nº 20180472, decorrente do Processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 9/2018-001 SEMAS, cujo objeto é confecção de materiais gráficos, destinados a atender divulgação e realização de ações da Secretaria Municipal de Habitação de Parauapebas, Estado do Pará, desde que cumpridas as recomendações desta Procuradoria.

É o parecer que submetemos à consideração de Vossa Excelência, S.M.J.

Parauapebas/PA, 19 de julho de 2019.


ANE FRANCIELE FERREIRA GOMES
Assessora Jurídica de Procurador
Dec. 490/2017


QUÉSIA SINEY G. LUSTOSA
Procuradora Geral do Município
Dec. 233/2019